
COMPROVATIVO

Assunto:

Autor:

Destinatário:

Data de envio:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

O futuro das esquadras e dos postos de atendimento da Polícia de Segurança Pública na cidade do Porto continua envolto numa flagrante e inaceitável indefinição e falta de informação precisa e objetiva, provocando reações naturais e legítimas de insegurança da parte das populações potencialmente afetadas, de que são claro exemplo as manifestações populares ocorridas no final do ano passado face à possibilidade de encerramento do Posto de Atendimento de Azevedo, na freguesia de Campanhã. É precisamente neste contexto que se coloca o autodesignado plano de reestruturação da rede de esquadras e postos de atendimento da PSP no Comando Metropolitano do Porto, nomeadamente naquilo que se refere à perspetiva de diversos encerramentos, alguns deles adiantados por chefias locais da PSP em reuniões do Conselho Municipal de Segurança.

A profusão de notícias desencontradas e contraditórias sobre encerramentos de esquadras e postos de atendimento, (veja-se o que aconteceu há tempos com notícias do Público e do JN anunciando encerramentos de diversas instalações da PSP no Porto, logo seguidas de desmentidos do MAI e de novo e insistentes rumores de encerramentos), só ajuda a lançar a confusão e a potenciar a sensação de insegurança entre vastas camadas da população da cidade do Porto.

Entre as situações que mais insistentemente tem vindo a lume, está o posto de Atendimento da PSP situado na Rua do Paraíso na freguesia de Santo Ildefonso, cujo encerramento é anunciado sem qualquer confirmação oficial ou oficiosa e muito menos sem que tenha sido prestada qualquer explicação ou justificação, mormente quanto às consequências que o encerramento de uma instalação histórica da PSP na cidade pode ter quanto à rutura das relações de proximidade com a comunidade de raiz profundamente popular onde se insere.

É por tudo isto que uma eventual decisão de encerramento do Posto de Atendimento da PSP na Rua do Paraíso não pode nem deve ser tomada pela mera consideração de razões economicistas, devendo antes atender a critérios prudenciais de proximidade das forças de segurança às populações. Assim, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais

aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do **Ministério da Administração Interna**, responda às seguintes perguntas:

1. Há qualquer intenção do Governo encerrar o Posto de Atendimento da PSP da Rua do Paraíso? Quando e como pretende fazê-lo?
2. Em caso afirmativo, que critérios e justificações tem o Governo para fundamentar tal encerramento e apresentar aos residentes e comerciantes locais que há muitas e muitas dezenas de anos são servidos pelas forças de segurança ali instaladas?
3. Ou será que, pelo contrário, a intenção do Governo é apenas proceder a obras de modernização das instalações da Rua do Paraíso para melhor instalar os efetivos da PSP que ali prestam serviço?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 23 de Fevereiro de 2012

Deputado(a)s

HONÓRIO NOVO(PCP)